



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007438-26.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **SARA ALVES PINHEIRO**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Sara Alves Pinheiro propôs a presente ação contra a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 13.500,00, descontando-se o valor recebido administrativamente.

A ré, em contestação de folhas 27/61, requer a retificação do polo passivo, para que passe a constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat SA. Suscita preliminar de inépcia da inicial ante a ausência de laudo do IML. No mérito, requer a improcedência do pedido, uma vez que a autora já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 1.687,50.

Decisão saneadora de folhas 92/93.

Quesitos da ré às folhas 96/98. Os quesitos da autora foram apresentados com a inicial (folhas 12).

Laudo pericial de folhas 182/188.

A autora se manifestou sobre o laudo às folhas 191/200. A ré às folhas 201/204.

Decisão de folhas 202 homologou o laudo pericial e encerrou a instrução.

Alegações finais da ré às folhas 209/212.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora não apresentou memoriais (folhas 213).

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

As preliminares já foram afastadas por meio da decisão saneadora de folhas 92/93, com exceção da preliminar de prescrição.

No mérito, afasto a preliminar de prescrição, suscitada pela ré, tendo em vista que, nos termos da Súmula 405 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “*A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos*”.

Esse prazo começa a fluir a partir da ciência inequívoca da incapacidade laboral, nos termos da Súmula 278 do Superior Tribunal de Justiça: “*o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral*”.

Nesse sentido:

3006590-54.2013.8.26.0270 Apelação – Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório (DPVAT) – Prescrição – Inocorrência – Termo inicial que só se inicia com a ciência inequívoca, pela vítima, da invalidez que a acomete. O curso do prazo prescricional só se inicia com a ciência inequívoca da incapacidade permanente, nos termos do enunciado da Súmula nº 278 do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Nos precedentes que deram causa à edição dessa Súmula, fica evidente que nem mesmo exames médicos que não sejam conclusivos quanto à incapacidade podem ser considerados para a verificação do momento a partir do qual se inicia o lapso prescricional. Em um dos precedentes de que resultou a edição da Súmula referida, o Colendo Superior Tribunal de Justiça fez lembrar que, segundo jurisprudência daquele Pretório, não é suficiente que a vítima “saiba estar doente, mas que tenha presente sofrer de mal capaz de causar sua invalidez total ou parcial, permanentemente”, o que, em regra, só ocorreria “quando isto é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

atestado através de laudo pericial" (REsp nº 310.896/SP, Terceira Turma, Relatora: Ministra Nancy Andrighi, j. em 17.05.01, DJ de 11.06.01, v. u., fls. 04/05 do acórdão). A data do acidente não é, em regra, coincidente com a do termo inicial do prazo prescricional. Apelação provida (Relator(a): Lino Machado; Comarca: Itapeva; Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/11/2015; Data de registro: 12/11/2015).

A ciência inequívoca, no caso em apreço, ocorreu na data da perícia médica elaborada pelo IMESC (**confira folhas 182/188**).

Pretende a autora o pagamento da diferença entre o valor determinado pela Lei nº. 11.482/2007, e o quantum pago pela ré administrativamente, devidamente corrigido a partir da entrada em vigor da MP 340/06 em 29/12/2006, em decorrência de acidente de trânsito do qual foi vítima, em 16/05/2011, no qual sofreu lesões de natureza grave, fazendo jus ao recebimento da indenização por invalidez permanente.

Sustenta que, embora tenha entrado em vigor a nova legislação (lei nº. 11.945/09), a obediência ao princípio “tempus regit actus” faz incidir a norma legal vigente à época da liquidação do sinistro que deu ensejo à postulação da indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT do veículo envolvido – Lei 6.194/74 e que, portanto, a invalidez permanente sofrida pela autora não deve ser enquadrada em nenhum dos percentuais contidos na Tabela SUSEP. Afirma que com a edição da Medida Provisória nº. 340, o valor da indenização ficou congelado no importe de R\$ 13.500,00 nos últimos 08 anos e que, portanto, o que se busca é a atualização do valor a partir da entrada em vigor da MP que o instituiu.

O laudo pericial de folhas 182/188 concluiu que a autora apresenta invalidez parcial permanente (**confira folhas 187**), correspondente a 27,5% da tabela SUSEP, esclarecendo que esse percentual é de 25% de 70% estimado pela perda anatômica e/ou funcional de um dos membros inferiores e 10% de 70% estimado pela perda anatômica e/ou funcional de um dos membros superiores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Evidente o equívoco do senhor perito ao realizar a soma dos percentuais, pois 25% de 70% corresponde a 17,5%, enquanto que 10% de 70% corresponde a 7%. Somando-se 17,5% a 7%, corresponde ao percentual de 24,5%.

Dessa maneira, 24,5% de R\$ 13.500,00 corresponde a R\$ 3.307,50. Descontado o valor já recebido pela autora administrativamente em 26/06/2014 (**confira folhas 45**), tem-se ainda um saldo remanescente de R\$ 1.620,00.

Porém, tal valor não há que ser corrigido desde a edição da Medida Provisória 340/06, como requer a autora, mas sim desde a data do evento danoso, conforme preceitua decisão em recurso repetitivo proveniente do STJ.

Nesse sentido:

0003501-75.2014.8.26.0129 - Apelação/Acidente de Trânsito - AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro obrigatório. DPVAT. Atualização do valor da indenização desde a edição da MP 340/06. Descabimento. Recurso repetitivo do STJ, que fixou a tese de direito de que a data, a partir da qual deve incidir a correção, é a do evento danoso. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (Relator(a): Azuma Nishi; Comarca: Casa Branca; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 10/11/2015; Data de registro: 13/11/2015).

Dessa maneira, a autora faz jus à diferença da quantia recebida e daquela apurada através de perícia realizada nestes autos. A atualização monetária incidirá a partir da data de ocorrência do evento danoso, porque não procede a alegação da ré de ausência de sua constituição em mora. Já os juros de mora devem incidir a partir da citação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.620,00, atualizada desde a data do acidente e juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Deve ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**